

Campo Largo, 10 de dezembro de 2020.

OFÍCIO Nº 450/2020

À
SERCOMTEL S.A. TELECOMUNICAÇÕES
Ilmo. Sr. Cláudio Sergio Tedeschi
Diretor Presidente

Ref.: Inexecução Contratual – Rescisão - Penalidades

A **Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**, Sociedade de Economia Mista Municipal, com sede na Rua Rui Barbosa, 520, Município de Campo Largo, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.805.895/0001-30, titular da concessão de distribuição de energia elétrica sob regime de serviço público, nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 027/1999, por seu representante legal que esta subscreve, vem pelo presente, apresentar **NOTIFICAÇÃO**, considerando o descumprimento do Contrato Estatal nº 080/2020, celebrado na data de 14 de setembro de 2020, conforme relato fático abaixo descrito.

Identifica-se do instrumento contratual que constitui objeto a prestação de serviços de Telefonia Fixa, considerando as seguintes características técnicas:

Local de habilitação: Município de Campo Largo, Paraná.

1.1.1 - SERVIÇO DE TELEFONIA DE VOZ

- Características do Link:

- Tipo: E1 com 30 Canais;
- Mídia: fibra ótica até o ponto de atendimento;
- Modem: compatível com o serviço oferecido, tipo rack 19” ou com bandeja para rack 19”.

- Características do Serviço de Telefonia Convencional:

- Número de Canais: 21 com capacidade de discagem direta a ramais (DDR);
- Numeração: (41) 2169-2100 a (41) 2169-2199, com processo de portabilidade, se este se fizer necessário;
- Tarificação: por minuto, com fracionamento a partir do segundo minuto.

- Características do Serviço de Telefonia Discagem Direta Gratuita (0800) COCEL:

- Número de Canais: 8;
- Numeração: 0800 726 2121, com processo de portabilidade, se este se fizer necessário;
- Tarificação: por minuto, com fracionamento a partir do segundo minuto.

- Características do Serviço de Telefonia Discagem Direta Gratuita (0800) Conselho de Consumidores /

Ouvidoria:

- Número de Canais: 1;

- Numeração: 0800 726 2212, com processo de portabilidade, se este se fizer necessário;
- Tarifação: por minuto, com fracionamento a partir do segundo minuto

TABELA QUANTITATIVA MENSAL DE SERVIÇOS DE TELEFONIA

SERVIÇO	TEMPO (min)			
	LOCAL		LONGA DISTANCIA	
	FIXO	CEL	FIXO	CEL
41 2169 2100	10000		2000	
0800 726 2121	15000	30000	1000	300
0800 726 2212	1000	2000	200	200

Observação: só serão tarifadas as ligações nos serviços 0800 726 2121 e 0800 726 2212 oriundas dos DDDs 41 e 42. Os demais DDDs deverão ser bloqueados.

Conforme se verifica da Cláusula Sexta, itens 6.6 e 6.7 do instrumento contratual, a execução dos serviços deveria estar plenamente funcionando em 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

6.6 - A execução dos serviços será iniciada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, devendo o objeto ser efetivado dentro de 30 (trinta) dias após este início.

6.7 - Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no objeto da licitação e na proposta.

Avaliando o histórico de contatos entre as empresas, conforme e-mails anexados, identifica-se tentativa de atendimento do serviço contratado, considerando a possibilidade de entrega do serviço de comunicação de voz utilizando a tecnologia SIP, mas com link de fibra ótica específica, sob responsabilidade da contratada.

Considerando o não atendimento das características técnicas exigidas no Edital de Licitação nº 045/2020, bem como, por violação ao Contrato Estatal nº 080/2020, propôs a Contratada rescisão contratual e a não aplicação de penalidades.

Diante do cenário de incertezas, a relação fática não pode ser ignorada, considerando a natureza do serviço prestado, ou seja, a natureza contínua do serviço de telefonia fixa, sob pena de prejuízo imediato à COCEL e a seus consumidores.

O plano fático indica grave situação de risco operacional à COCEL, condição que não podemos ignorar, pois constitui dever da Administração Pública em avaliar e motivar as consequências práticas da decisão e não em valores jurídicos abstratos, conforme dispõe o Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, o qual define a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

Deste modo, com fundamento na Cláusula Décima do Contrato Estatal nº 080/2020, torna-se necessário à aplicação da **RESCISÃO CONTRATUAL**, a partir desta data, considerando a inexecução total do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A CONTRATANTE poderá rescindir o contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista ao **CONTRATADO** qualquer direito a indenização, conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE** e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

Diante de tal fato, com fundamento no artigo 206, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, serve-se desta para **NOTIFICÁ-LOS** para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento deste documento, apresentem defesa em relação à inexecução total do contrato.


Considerando o disposto no art. 218 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, para aplicação das sanções administrativas devemos observar a razoabilidade e proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação. Deste modo, cabível neste caso concreto a pena de multa e/ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COCEL, prevista no art. 206, incisos II e III do citado Regulamento Interno, combinado com o art. 83, incisos II e III da Lei nº 13.303/06.

Ressalto que sanções previstas têm caráter moralizador e não compensatório, de modo que não exime a Contratada da relação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato venha acarretar.

Certo de vossa compreensão, subscrevemo-nos.


José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente


Nelson Chagas

Diretor Administrativo